

INTENÇÃO EMPREENDEDORA E SEUS ANTECEDENTES: análise da influência da educação empreendedora

MARCOS ANDRE DAMASCENO CAVALCANTE
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)

JOSÉ MILTON DE SOUSA-FILHO
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)

INTENÇÃO EMPREENDEDORA E SEUS ANTECEDENTES: análise da influência da educação empreendedora

1 INTRODUÇÃO

O cenário de incertezas decorrente das transformações políticas, sociais, tecnológicas e econômicas dos últimos anos pressionou por mudanças as estratégias competitivas das empresas, sendo a redução dos postos de trabalho uma das consequências das novas formas de gestão das organizações. Essas mudanças demandam pessoas capacitadas para empreender em negócio próprio por identificação de oportunidade ou por necessidade, no caso de fonte de renda em substituição ao emprego organizacional (CHEUNG, 2008; HENRIQUE; CUNHA, 2008).

Trazendo à baila o cenário atual brasileiro, a formação para o empreendedorismo se faz necessária cada vez mais cedo, considerando as condições políticas e econômicas que se apresentam no país, em destaque a desaceleração da atividade econômica e alta taxa de desemprego. Assim há o reforço que o desenvolvimento do empreendedorismo começa pela educação em todos os níveis de formação (MARCARINI et al., 2003).

É consenso que a promoção do empreendedorismo é de suma importância para estimular o desenvolvimento econômico e geração de empregos. As iniciativas de educação voltadas ao empreendedorismo foram consideradas positivas para despertar novos empreendedores (LIÑAN et al., 2011). Segundo Henrique e Cunha (2008) atualmente há o reconhecimento que o ensino do empreendedorismo estimula os estudantes a empreender, podendo a inclusão de tal prática educacional ser o indutor do crescimento econômico e da geração de empregos.

A educação formal pode fornecer uma preparação cognitiva prévia estando positivamente correlacionada com o sucesso na gestão do risco do novo empreendimento. O papel da educação é fundamental no acúmulo de conhecimento capaz de identificar, assimilar e absorver novos conhecimentos (OZGEN; MINSKY, 2013). Para Liñan (2004), em se tratando de empreendedorismo, conhecimento específico possibilita o aumento da realidade das percepções.

A decisão de se tornar empreendedor pode ser considerada como voluntária e consciente (KRUEGER et al., 2000). Trazendo a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) de Ajzen (1991), a intenção de empreender é afetada por antecedentes motivacionais que moldam o comportamento dito planejado no exercício empreendedor. A atitude, as normas subjetivas e o controle do comportamento percebido formam a intenção que culmina com o comportamento empreendedor. De acordo com a TCP a intenção empreendedora indica o esforço que o indivíduo fará para realizar o comportamento empreendedor (AJZEN, 1991; LIÑAN; CHEN, 2009).

O estudo de Pittaway e Cope (2007) sustenta a conclusão de que a educação para o empreendedorismo tem impacto na propensão e intencionalidade dos estudantes em empreender, porém os autores destacam a falta de clareza na medida que a educação empreendedora afeta a intenção em empreender. A grande maioria dos achados empíricos de pesquisas anteriores legitimam a relação da educação junto ao empreendedorismo, apresentando, aparentemente, que as aspirações em empreender podem ser ensinadas (LÜTHJE; FRANKE, 2003).

Observa-se que várias pesquisas apresentam uma ligação entre a educação empreendedora, as atitudes e intenção dos estudantes, porém sem nenhuma prova empírica, necessitando assim mais pesquisas que estudem a relação entre a educação para o empreendedorismo com as atitudes e intenções (SOUTARIS et al., 2007).

Verifica-se a necessidade de explorar a influência da educação empreendedora junto à relação dos preditores atitudinais com a intenção em empreender, para mensurar o efeito da oferta da educação voltada ao empreendedorismo na formação dos estudantes de cursos de nível

superior, uma vez que as variáveis externas ao modelo da TCP, considerando a educação como tal, não influenciam diretamente a intenção, mas afetam diretamente os preditores da intenção (LIÑAN; CHEN, 2009). Assim, considerando a lacuna teórica dos efeitos da educação empreendedora sobre a relação dos construtos motivacionais na decisão de inaugurar um novo negócio, torna-se relevante o estudo em tela, uma vez que há evidências que indicam que o nível cognitivo é influenciado por variáveis pessoais, sociológicas, em destaque para a educação (LIÑAN et al., 2011).

Considerando o interesse entre a relação da educação e a intenção de empreender suscitou a seguinte questão de pesquisa: Como a educação para o empreendedorismo influencia a relação entre a intenção empreendedora e seus antecedentes? O objetivo geral do artigo é investigar a influência da educação na relação com a intenção empreendedora e seus antecedentes motivacionais.

Neste sentido a presente pesquisa busca contribuir com a verificação do efeito da educação empreendedora na relação de cada antecedente atitudinal na intenção empreendedora, apresentando quais desses preditores possui maior influência, sob moderação da educação para o empreendedorismo, na decisão pessoal de empreender.

2 TEORIA E HIPÓTESES

Apresenta-se a teoria que trata da intenção empreendedora e seus antecedentes, bem como dos efeitos da educação voltada ao empreendedorismo na decisão de empreender.

2.1 Relação entre a educação empreendedora e a intenção de empreender

Várias evidências demonstram a relação direta entre o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Condições favoráveis a novos negócios (cultura, educação, recursos financeiros e tecnológicos) proporcionam o desenvolvimento do empreendedorismo local (MARTENS; FREITAS, 2008). Percebe-se, em destaque, que a educação voltada para o empreendedorismo se torna importante para formação de indivíduos capazes de empreender, uma vez que o processo empreendedor pode ser desenvolvido nos indivíduos por meio da educação (LÜTHJE, FRANKE, 2003).

A educação voltada ao empreendedorismo se evidencia na formação de novos empreendedores. As iniciativas educacionais são consideradas importantes para sensibilizar pessoas para opção de carreira como empreendedores ou para aqueles que já possuem a intenção de iniciar um novo negócio (LIÑAN et al., 2011). Assim se acredita que a educação para o empreendedorismo contribuirá positivamente para melhorar a orientação empreendedora dos indivíduos (SOUZA, 2015).

De acordo com Liñan (2004) existem quatro objetivos para educação voltada ao empreendedorismo na formação de indivíduos: educação para conscientização empreendedora; educação para o arranque; educação para o dinamismo empreendedor e; educação contínua para empreendedores. A educação voltada para conscientização não procura diretamente a criação de novos empreendedores, mas disseminar conhecimentos sobre o empreendedorismo para que se possa levar em consideração a alternativa de empreender como viável. A educação para arranque está voltada ao indivíduo que já está na iminência de abrir o negócio, abrangendo aspectos específicos à fase de arranque. Já a educação para o dinamismo objetiva desenvolver o comportamento dinâmico empreendedor após a fase de arranque. E por fim, a educação contínua para empreendedores tem por objetivo a melhoria de habilidades dos empreendedores em atividade.

Conforme Liñan (2004) a classificação dos objetivos para educação voltada ao empreendedorismo, a educação para conscientização empreendedora está mais alinhada para

despertar a intenção dos estudantes para opção de carreira como empreendedor, avançando na educação para o arranque quando da materialização do comportamento empreendedor.

Há uma base sólida formada por estudos que demonstraram o papel da educação para o empreendedorismo no aprimoramento da intenção de empreender, tornando viável a possibilidade de decisão em optar pela carreira de empreendedor (PITTAWAY; COPE, 2007). Pesquisas demonstram que o aumento da experiência e educação empreendedora, especificamente o aumento do conhecimento, proporcionará uma conscientização da carreira de empreendedor (COOPER, 1985, 1993; LIÑAN, 2004).

A decisão de empreender é formada pela relação entre as atitudes e intenção na consumação do comportamento empreendedor. Tal decisão pode ser considerada como voluntária e consciente (KRUEGER et al., 2000). Tomando a TCP podemos considerar que a intenção de empreender é precedida pelas atitudes. Os antecedentes motivacionais que influenciam a intenção são: a atitude, as normas subjetivas e o controle do comportamento percebido. Tais antecedentes uma vez mais favoráveis aumentariam a intenção de empreender (AJZEN, 1991; LIÑAN, 1994).

A TCP de Ajzen (1991) vem sendo amplamente utilizadas como supedâneo teórico nos estudos que tratam da intenção empreendedora, uma vez que continua sendo a teoria adotada para prever e explicar o comportamento humano, em contextos específicos, bem como quanto amparo teórico aos instrumentos para medir os três constructos teóricos - Atitude Pessoal (face ao comportamento); Normas Subjetivas; e Controle Comportamental Percebido (percepção de controle) - em relação à intenção empreendedora (SILVEIRA et al., 2016).

A intenção empreendedora é o estado consciente da mente que antecede a ação, direcionando a atenção para um objeto, neste caso, iniciar um negócio, resultando no comportamento planejado (FAYOLLE et al. 2014).

A atitude pessoal refere-se ao grau de avaliação que o indivíduo possui em relação a ser um empreendedor. As normas subjetivas medem a pressão social diante realizar, ou não, comportamentos empreendedores. Já o controle do comportamento percebido é a percepção da facilidade ou dificuldade de se tornar empreendedor (AJZEN, 1991). Segundo Liñan e Chen (2009) os três antecedentes referem-se ao sentido de capacidade de cumprimento de comportamentos empreendedores. Os mesmos autores asseveram que outras variáveis exógenas ao modelo da TCP não devem afetar diretamente a intenção, mas poderiam ser muito úteis na identificação de seus efeitos sobre o comportamento percebido, atitude e normas subjetivas.

O modelo de intenção apresentado pela TCP se mostra válido na previsão de intenções de estudantes em relação à decisão de realizar atividades empreendedoras, considerando que tal comportamento planejado é precedido pela intenção de realizar o comportamento empreendedor. Essa intenção está relacionada à atitude dos estudantes em relação ao empreendedorismo, sua viabilidade, barreiras e custo de oportunidade (LEUNG et al., 2012).

A adoção da educação do empreendedorismo na vida acadêmica pode aumentar a intenção do estudante em se tornar um empreendedor. Estudos anteriores descobriram que a educação empreendedora fornece informações úteis para o exercício empreendedor. Tais informações são consideradas como um gatilho para o reconhecimento de oportunidades (OZGEN; MINSKY, 2013).

Estudos mostraram que os antecessores da intenção são influenciados por ocasião da educação empreendedora. Resultados destacaram que após a participação de programa de empreendedorismo os estudantes mostraram efeito significativo das normas subjetivas e intenção de empreender quando comparado ao início do programa, além de indicar que a educação voltada para o empreendedorismo inspira os alunos por meio de atividades práticas e extracurriculares (SOUTARIS et al., 2007). Os autores ainda revelam que a inspiração foi o benefício da educação que influenciou as normas subjetivas e a intenção dos estudantes.

Outro estudo, relacionado aos fatores que influenciam a intenção de estudantes de engenharia, verificou que os alunos que tinham participado de atividades empreendedoras na universidade possuíam maior intenção em empreender frente aos alunos que nunca tinham participado de qualquer atividade empreendedora na sua formação acadêmica (LEUNG et al., 2012).

O trabalho de Lüthje e Franke (2003) apresenta uma comparação de estudantes de língua alemã (Alemanha e Áustria) e estudantes norte-americanos, destacando que os alunos dos Estados Unidos mostraram intenção mais forte frente aos alemães e austríacos. A pesquisa ressalta as práticas diferenciadas de educação para o empreendedorismo como razão da intenção ser mais notada nos estudantes americanos.

Os achados de estudos, que verificam o papel da educação na intenção empreendedora, mostraram que a viabilidade percebida e a atitude pessoal são relacionadas positivamente à intenção, de acordo com a TCP, e que a educação para o empreendedorismo influencia os antecedentes da intenção empreendedora. De acordo com a teoria, as variáveis externas (características demográficas, conhecimento empreendedor e orientação empreendedora) exerceram influência diretamente apenas nos antecedentes de intenção, não existindo relação significativa de tais variáveis exógenas diretamente com a intenção (LIÑAN, CHEN, 2009; LIÑAN et al., 2011).

Ainda explorando a literatura referente aos efeitos da educação junto à intenção de empreender, Liñan et al. (2011) asseveraram que a decisão inicial em empreender não depende apenas de atitudes presentes nos modelos tradicionais de intenção, devendo ser considerada também a orientação empreendedora, no caso específico a educação para o empreendedorismo. Souitaris et al. (2007) verificou a influência exógena da educação para o empreendedorismo sobre as atitudes e intenções de estudantes de ciência e engenharia, confirmando as influências dos traços, características demográficas, habilidades, apoio social e financeiro nos antecedentes da intenção (SHAPERO; SOKOL, 1982). Por fim, Casero et al. (2011) concluíram que a educação para o empreendedorismo influencia as percepções sociais.

2.2 Hipóteses

2.2.1 Atitude, educação empreendedora e intenção empreendedora

Os resultados empíricos de estudos passados confirmam de forma ampla a relação entre as atitudes (atitude em relação à atividade empreendedora, normas subjetivas e controle do comportamento planejado) e a intenção de empreender (KRUEGER et al., 2000; LÜTHJE, FRANKE, 2003), porém se faz necessário medir o impacto da educação voltada ao empreendedorismo sobre as atitudes e intenções (KRUGER; BRAZEAL, 1994).

O trabalho de Liñan e Santos (2004) apresentou o conceito de capital social (todo o conjunto de relações existentes entre os indivíduos) e a influência deste na configuração da intenção de empreender, confirmando a existência de uma influência indireta do capital social na intenção empreendedora.

Segundo Liñan e Chen (2009) a influência da educação, considerando uma forma de capital social, também denominado de capital humano na intenção de empreender, apresenta efeitos por meio dos preditores motivacionais, principalmente na atitude (avaliação de ser empreendedor), considerando o despertar do desejo de se tornar empreendedor por meio dos novos conhecimentos e experiências adquiridas quando da participação de um curso ou programa de empreendedorismo. Ainda de acordo com os autores, a educação empreendedora possibilita a avaliação de outra possibilidade de carreira, considerando as oportunidades evidenciadas pelos conhecimentos e experiências advindos da educação.

A educação voltada para o empreendedorismo tende a ser associada a níveis mais altos de percepção de desejo, considerando os conhecimentos adquiridos na formação dos indivíduos, reforçando o papel da educação em facilitar e estimular a geração de ambiente propício para o desenvolvimento de empreendedores (LIÑAN, 2004; MARTENS, FREITAS, 2008).

A pesquisa de Souza (2015) verificou que atitude pessoal mostrou considerável influência na intenção em empreender numa amostra composta de alunos do último ano de administração e engenharia da produção, indo ao encontro do entendimento de Liñan e Chen (2009) que consideram que o capital humano (tomando neste caso a educação) é moderador na influência nos construtos motivacionais (atitudes) na formação da intenção de empreender.

Torna-se relevante verificar a influência da educação empreendedora na relação entre as atitudes e a intenção em empreender, uma vez que os estudos anteriores adotaram a relação da educação empreendedora com os antecedentes da intenção, existindo uma lacuna teórica quanto ao efeito moderador da capacidade de empreender.

Tomando o conceito de Ajzen (1991) para o preditor atitude como avaliação pessoal positiva de ser empreendedor e, considerando que a educação empreendedora (capital humano) poderá despertar o desejo em empreender por permitir os indivíduos vislumbrarem vantagens frente ao emprego organizacional, propõem-se:

H1: A educação para o empreendedorismo influencia positivamente a relação entre a atitude e a intenção empreendedora.

2.2.2 Normas subjetivas, educação empreendedora e intenção empreendedora

A TCP de Ajzen (1991) apresenta as normas subjetivas como a pressão social percebida para realizar – ou não – comportamento, no caso o comportamento empreendedor. Em particular, se refere a percepção do indivíduo quanto a aprovação, ou não, de pessoas de referência, frente a decisão de se tornar empreendedor (LIÑAN; CHEN, 2009). O estudo de Souitaris et al. (2007) apresentou que acadêmicos tiveram aumento das normas subjetivas após participarem de programas de empreendedorismo, interpretando o resultado como reflexo da relação entre os alunos durante o programa, ou seja, as expectativas de alguns acadêmicos poderiam ter criado uma avaliação positiva em empreender em outros, bem como a influência do próprio professor por meio da inspiração dos alunos, considerando atividades extras como participação de eventos e palestras voltadas às práticas do empreendedorismo. Os autores ainda revelam que a inspiração foi o benefício da educação que influenciou as normas subjetivas e a intenção dos estudantes.

A pesquisa de Sousa et al (2017) verificou a influência do contexto social na intenção empreendedora, em destaque os antecedentes pessoais delineados pelo meio social do indivíduo.

Liñan e Chen (2009) verificaram a baixa relação da normas subjetivas com a intenção, porém reconhecem que uma grande quantidade de pesquisa ainda é necessária para compreender melhor quais fatores afetam as percepções empreendedoras. Considerando que o construto normas subjetivas sofre influência do capital humano, neste caso a educação voltada ao empreendedorismo, e de acordo a TCP as normas subjetivas influenciam a intenção propõem-se:

H2: A educação para o empreendedorismo influencia positivamente a relação entre a norma subjetiva e a intenção empreendedora.

2.2.3 Controle do comportamento percebido, educação empreendedora e intenção empreendedora

O controle do comportamento percebido é definido como a percepção da facilidade ou dificuldade de se tornar um empreendedor, porém tal construto não está associado apenas ao sentimento de ser capaz, mas também a percepção do controle do comportamento.

O estudo de Ozgen e Minsky (2013) mostrou que a educação empreendedora fornece informações úteis para o exercício empreendedor, uma vez que tais informações são importantes para o reconhecimento de oportunidades e posterior decisão de empreender, dotando o indivíduo de confiança na abertura de um novo negócio. Para Liñan (2004), em se tratando de empreendedorismo, conhecimento específico possibilita o aumento da realidade das percepções.

Segundo Liñan e Chen (2009) a influência da educação na intenção de empreender apresenta efeitos por meio dos preditores motivacionais, considerando a educação como uma espécie de capital humano, destaque para o controle do comportamento percebido (percepção de facilidade ou dificuldade de se tornar empreendedor).

Os resultados de pesquisa realizada com alunos de engenharia, que participaram de atividades empreendedoras, mostraram que as intenções dos alunos estão significativamente relacionadas, em destaque, para a viabilidade percebida, barreiras e custo de oportunidade (LEUNG et al., 2012).

A pesquisa de Hecke (2011) apresentou um efeito positivo do controle do comportamento percebido junto à intenção em alunos de administração de empresas frente aos alunos de ciências contábeis, inferindo que a formação para a gestão implica no efeito da percepção positiva ou negativa de se tornar um empreendedor e a decisão para tanto (intenção).

Considerando que a educação voltada ao empreendedorismo prepara o indivíduo para perceber os desafios e enfrentá-los na inauguração de um negócio, propõem-se:

H3: A educação para o empreendedorismo influencia positivamente a relação entre o controle do comportamento percebido e a intenção empreendedora.

As hipóteses apresentadas acima são apresentadas na Figura 1 a seguir:

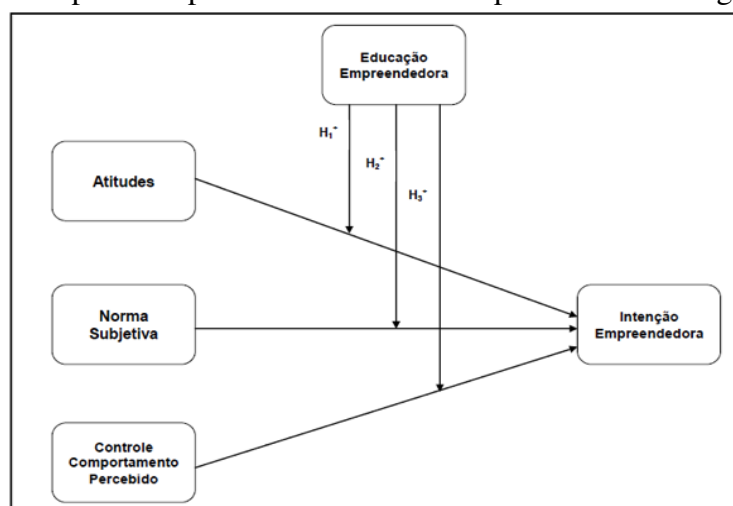


Figura 1 – Hipóteses

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

A pesquisa desenvolveu um estudo quantitativo e explicativo, quanto à abordagem e natureza, respectivamente, de caráter inferencial, com a utilização de *surveys*, realizada junto aos alunos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública federal, localizada no Estado do Ceará.

A pesquisa quantitativa é aplicada quando há um problema muito bem definido e há informações e teoria referente ao objeto do estudo (DA SILVA et al., 2014; SOUZA, 2015). A pesquisa explicativa se preocupa em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007). O método possui caráter inferencial, uma vez que busca apoio de técnicas estatísticas para inferir generalizações consequentes de dados observados (KERLINGER, 1980; SOUZA, 2015).

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada junto aos alunos de IES pública federal, localizada no Estado do Ceará, em 32 unidades/*campi* em funcionamento no estado. Acredita-se que a amostra seja adequada uma vez que abrange alunos regularmente matriculados, que cursaram ou não a disciplina de empreendedorismo presente na grade curricular de alguns cursos superiores, além alcançar estudantes dos cursos nas áreas de ciência, tecnologia, educação e artes.

Os dados foram coletados por meio de instrumento adaptado do Questionário de Intenção Empreendedora (EQI) de Liñan e Chen (2009) para a escala de educação empreendedora e coleta de dados demográficos, juntamente com o instrumento de medição das atitudes e intenção de estudantes de Souitaris et al. (2007). As escalas foram revalidadas em língua portuguesa.

A necessidade de adaptação do questionário se mostra adequada considerando o objetivo da pesquisa em investigar a influência da educação para o empreendedorismo na relação da intenção com seus antecedentes motivacionais. Dessa forma do EQI de Liñan e Chen (2009) foi utilizada a escala que mede a educação para o empreendedorismo além da seção dos dados pessoais com alteração dos valores das faixas de rendimento familiar em consonância com a definição em vigor, aproximada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foram incluídas questões quanto ao curso de cada estudante, bem como a unidade/*campi* de origem.

O questionário foi disponibilizado no sistema acadêmico da instituição, coletando-se 605 (seiscentos e cinco) questionários válidos durante os meses abril e maio de 2018.

3.3 Análise dos dados

Os dados coletados foram explorados, de início, por meio do *software Microsoft Excel* 2007, eliminando-se duplicidades de respostas bem como outras inconsistências. A etapa posterior foi a *análise* dos dados pela aplicação de modelagem de equações estruturais de acordo com a técnica PLS.

Como técnica de modelagem de equações estruturais, o PLS permite avaliação simultânea da confiabilidade e validade das medidas de construções teóricas e a estimativa das relações entre essas construções, destinando-se principalmente para análise causal-preditiva (BARCLAY et al., 1995; WOLD, 1985).

Considera-se vantagem na utilização da MEE neste estudo, uma vez que essa técnica utiliza variáveis manifestas, porém não observáveis diretamente, no caso a educação empreendedora, para representar um determinado construto, bem como que na utilização da MEE é fundamental que as medidas sejam desenvolvidas a partir de estruturas teóricas que geraram as hipóteses do estudo, neste caso a intenção em empreender e seus antecedentes (HAIR JR. et al., 2005; SOUZA, 2015).

4 RESULTADOS

4.1 Apresentação dos resultados

A pesquisa contou com uma maior participação de alunos do sexo masculino, com 59,3%, e 40,7% do sexo feminino, com destaque para as faixas etárias de 17 a 21 anos (50,9%) e 22 a 26 anos (27,9%), verificando-se assim, uma amostra predominantemente jovem. A renda familiar da grande maioria dos alunos (65,3%) não ultrapassa R\$ 1.900,00, ou seja, a somatória de todas as receitas dos integrantes da família não superam dois salários mínimos. Destaca-se, também, a predominância de alunos da área de tecnologia e engenharia (74,22%) frente aos alunos matriculados em cursos voltados a formação de professores (licenciaturas) e outros cursos relacionados às ciências, serviços e artes (25,78%).

Com a finalidade de avaliar o modelo teórico a ser testado, foi utilizada a modelagem de equações estruturais com o uso da técnica *Partial Least Square* (PLS) por meio do *software Warp PLS 6.0*. Para cada *constructo*, considerou-se o uso estatístico do *Alpha de Cronbach* para a confiabilidade e a consistência das escalas testadas. Os critérios da análise foram: os coeficientes de cada *path*, o *Alpha de Cronbach*, a validade convergente e a Variância Extraída (AVE).

Como critérios utilizados para a avaliação do modelo de mensuração, foram considerados os coeficientes de cada *path*, o *Alpha de Cronbach*, a validade convergente e a AVE, sendo aceitos parâmetros com cargas fatoriais e confiabilidade com níveis superiores a 0,7 e, como piso da variância explicada, valores superiores a 0,5 (CHIN, 1998). A Tabela 1 apresenta os índices de desempenho dos construtos analisados.

Tabela 1 – Índices de desempenho dos construtos analisados

	AVE	Confiabilidade composta	R Quadrado	Alpha de Cronbach
Atitude	0,572	0,914	-	0,893
Atitude>educação empreendedora	0,825	0,994	-	0,994
Controle	0,580	0,805	-	0,701
Controle>educação empreendedora	0,761	0,979	-	0,977
Educação empreendedora	0,861	0,968	-	0,960
Intenção	0,792	0,919	0,384	0,864
Normas subjetivas	0,608	0,903	-	0,874
Normas subjetivas>educação empreendedora	0,666	0,983	-	0,984

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

Uma vez que os valores dos *Alphas de Cronbach* foram acima de 0,7, concluiu-se pela consistência interna expressiva para medir os construtos analisados (HAIR et al., 2012, 2014). Dado que todos os construtos apresentaram valores superiores a 0,5, conclui-se que o modelo apresenta uma validade convergente aceitável (FORNELL; LARCKER, 1981). Tendo em vista que as raízes quadradas (valores quadráticos) das AVE's foram superiores ao coeficiente de correlação entre as variáveis latentes (FORNELL; LARCKER, 1981), concluiu-se pela validade discriminante, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Validade discriminante para os construtos

	Atit	Atit>edu	Controle	Cont>edu	Educação	Intenção	NS	NS>edu
Atitude	0,756							
Atitude>educação	0,461	0,908						
Controle	0,270	0,314	0,761					
Controle>educação	0,269	0,858	0,673	0,872				
o	0,210	0,901	0,265	0,865	0,927			
Educação	0,356	0,343	0,538	0,434	0,279	0,889		
Intenção	-	0,055	-0,187	-0,038	0,076	-0,173	0,779	
NS	0,005	0,621	0,081	0,508	0,656	0,172	0,716	0,816
NS>educação	0,137							

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

Para verificar a especificação do modelo por meio dos construtos endógenos analisados (RIGDON, 2012), foram avaliados os tamanhos dos efeitos (f^2) e (q^2) e a relevância preditiva (Q^2). O f^2 é calculado da seguinte forma (Hair Jr. et al., 2014):

$$f^2 = \frac{R^2 \text{ incluído} - R^2 \text{ excluído}}{1 - R^2 \text{ incluído}} \quad (1)$$

Os valores Q^2 com uma omissão de distância (*Omission Distance* - OD) de 5 a 10, geralmente é a forma de análise mais sugerida para a maioria das pesquisas (HAIR JR. et al., 2012). Entretanto, como existem 605 observações na base de dados trabalhada, pode-se escolher uma distância de OD de 5. Os valores Q^2 e q^2 estimados pelo procedimento *blindfolding* representam uma medida de quão bem o modelo de caminhos pode prever os valores inicialmente observados e o impacto relativo da relevância preditiva, respectivamente. A fórmula para o cálculo é:

$$q^2 = \frac{Q^2 \text{ incluído} - Q^2 \text{ excluído}}{1 - Q^2 \text{ incluído}} \quad (2)$$

Na Tabela 3, apresenta-se os resultados para os índices f^2 e q^2 .

Tabela 3 – Índices f^2 e q^2 para os construtos analisados

Índice f^2 dos construtos analisados				
	R ² incluído	R ² excluído	Effect size f^2	Tamanho
Controle	0,382	0,367	0,43	Grande
Índice q^2 dos construtos analisados				
	Q ² incluído	Q ² excluído	Effect size q^2	Tamanho
Controle	0,43	0,43	0,253	Médio

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

Tendo em vista que o único *constructo* que apresentou relação direta com intenção foi o *constructo* controle de comportamento percebido, notou-se um índice grande de influência (0,43) em relação ao f^2 e um índice médio (0,253) em relação ao índice q^2 .

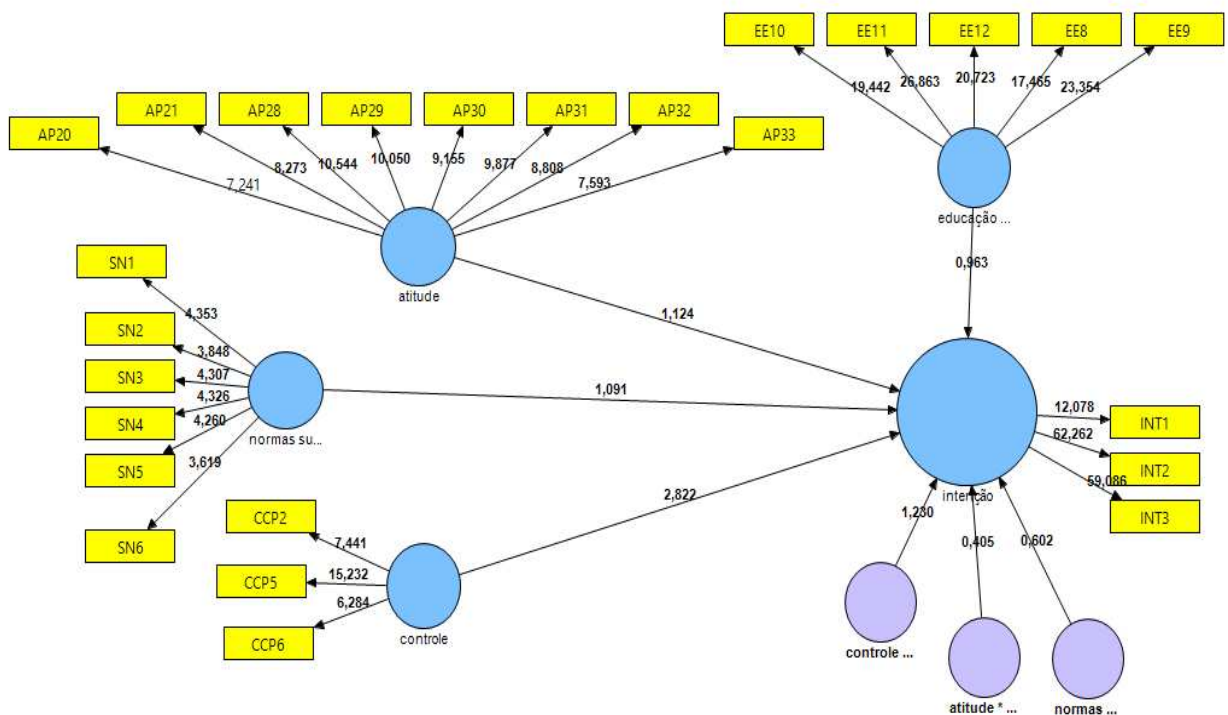
Continuando a análise, tem-se que para a análise *bootstrapping* foram mantidas oito variáveis do *constructo* atitude (AP20; AP21; AP28; AP29; AP30; AP31; AP32; AP33), todas as seis variáveis do *constructo* normas subjetivas (NS1 a NS6), três variáveis do *constructo* controle de comportamento percebido (CCP2; CCP5; CCP6), cinco do *constructo* educação empreendedora (EE8; EE9; EE10; EE11; EE12) e todas as três variáveis do *constructo* intenção empreendedora (INT1, INT2 e INT3).

Sendo assim, notou-se que o controle de comportamento percebido influenciou em 68,80% na intenção empreendedora ($\beta=0,688$; Teste $t=2,822$). Justifica-se esse resultado uma

vez que o valor do teste T foi maior que 1,96 (CHIN, 1998). A atitude e as normas subjetivas, nesse caso específico, não foram relevantes para determinar a intenção empreendedora dos pesquisados.

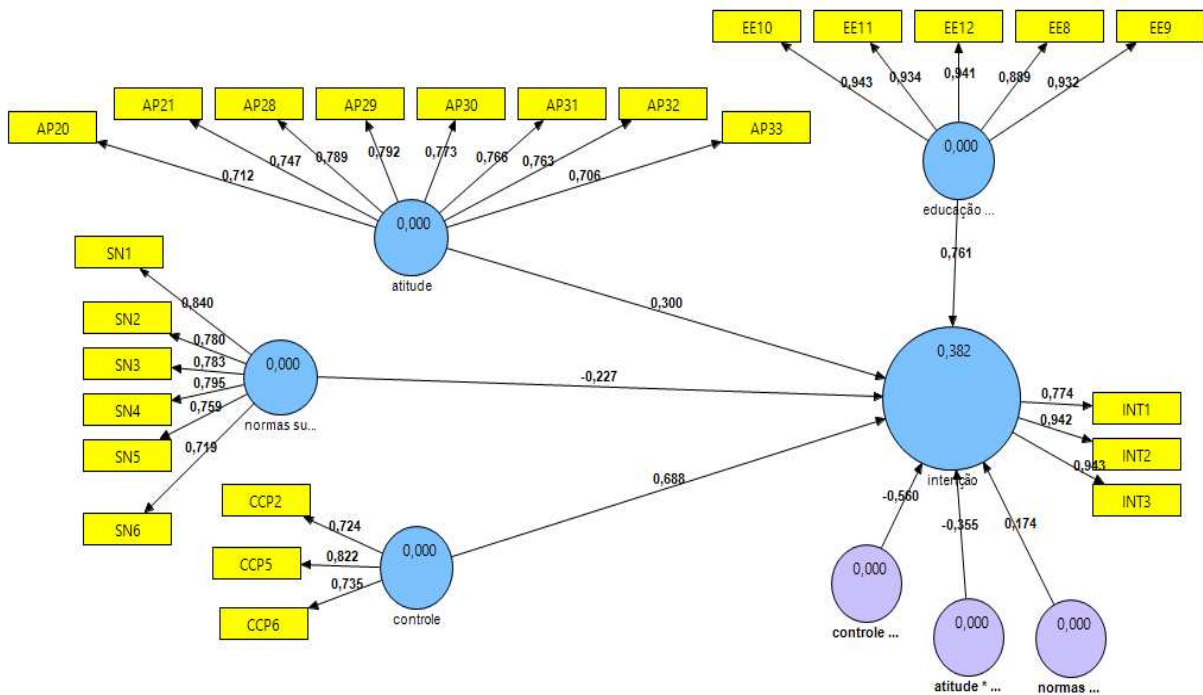
Tendo em vista que o constructo educação empreendedora não apresentou uma relação direta em relação à intenção empreendedora ($\beta = 0,742$; $Tvalue = 0,989$), percebeu-se que as moderações propostas não foram significativas, uma vez que todos os valores dos testes realizados pela análise *bootstrapping* apresentaram índices abaixo de 1,96 (CHIN, 1998). Sendo assim, notou-se que a educação empreendedora não pode ser vista como uma variável moderadora nas relações entre atitude ocupacional e intenção empreendedora ($\beta = -0,346$; $Tvalue = 0,417$), normas subjetivas e intenção empreendedora ($\beta = 0,186$; $Tvalue = 0,644$), e controle do comportamento percebido e intenção empreendedora ($\beta = -0,553$; $Tvalue = 1,219$). Diante disso, tem-se que as hipóteses propostas não foram suportadas.

Figura 2 – *Bootstrapping*



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

Figura 3 – Modelo estrutural



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

4.2 Discussão dos resultados

Pesquisas asseveram que variáveis externas ao modelo da TCP, principalmente o capital humano e fatores demográficos, tem influência nas intenções por meio dos seus preditores, mesmo em pequena magnitude (LIÑAN; CHEN, 2009; SOUITARES et al. 2007). Alguns trabalhos apresentaram a influência do capital humano e fatores demográficos sobre a intenção, considerando que um maior conhecimento de diferentes aspectos empresariais contribuirá para que o indivíduo realize comportamento empreendedor, uma vez que um maior conhecimento proporcionará uma conscientização sobre a existência dessa opção de carreira (LIÑAN, 2004; LIÑAN; CHEN, 2009).

De forma diversa, o presente estudo objetivou verificar uma possível influência da educação para o empreendedorismo na relação entre a intenção empreendedora e seus antecedentes, por um suposto efeito moderador, e não diretamente sobre os construtos atitudinais.

Percebeu-se a baixa influência da atitude e normas subjetivas na intenção de empreender. Notou-se efeito expressivo do controle do comportamento percebido na formação da intenção empreendedora. Uma explicação possível para baixa influência da atitude estaria no efeito da própria norma subjetiva naquele construto, pois as pressões sociais modificam os níveis da atitude pessoal e controle do comportamento percebido, uma vez que quando os indivíduos sentem que as pessoas de referência aprovam, ou desaprovam, sua decisão de carreira profissional, seriam mais (ou menos) atraídos por essa opção e se sentiriam capazes, ou não, de executá-las satisfatoriamente (LIÑAN; CHEN, 2009).

As médias apuradas para cada construto do modelo, no que tange às atitudes e intenção, demonstraram um efeito das normas subjetivas nos demais preditores atitudinais na formação da intenção. Mesmo as médias para atitude apresentarem valores mais expressivos para as variáveis relacionadas às razões para se tornar empreendedor (AP15 a AP33), a média

aritmética global do construto foi 5,2, a atitude mostrou pouca influência na intenção, ou seja, apresenta-se possível uma relação das normas subjetivas, considerando a média aritmética global deste construto apresentar resultado de 3,60.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas do construto atitude ocupacional

N 605	ESCALA							Estatísticas descritivas				
	1	2	3	4	5	6	7	méd	d. p	C.V.	Assim.	Curt.
AP1	6,4	4,8	7,8	15,4	17,5	15,9	32,2	5,09	1,836	3,372	-,713	-,475
AP2	5,8	6,9	7,3	10,9	17,2	22,3	29,6	5,12	1,830	3,348	-,802	-,422
AP3	12,2	10,1	13,2	17,2	16,9	12,7	17,7	4,25	1,962	3,848	-,161	-1,107
AP4	8,1	8,4	10,6	12,1	14,2	16,4	30,2	4,86	1,990	3,959	-,533	-,977
AP5	8,3	5,1	9,9	11,7	21,2	19,2	24,6	4,88	1,862	3,467	-,657	-,581
AP6	16,5	9,3	7,6	14,0	12,6	13,1	26,9	4,44	2,196	4,823	-,308	-1,315
AP7	15,4	12,4	14,2	21,0	15,0	11,1	10,9	3,85	1,892	3,579	,049	-1,038
AP8	8,4	5,1	9,8	18,2	15,0	18,3	25,1	4,82	1,882	3,543	-,544	-,731
AP9	9,9	6,9	7,6	18,7	14,7	17,5	24,6	4,72	1,948	3,793	-,505	-,857
AP10	47,3	17,4	12,2	10,1	7,6	2,8	2,6	2,32	1,641	2,693	1,129	,326
AP11	43,5	17,4	14,7	10,1	8,6	4,0	1,8	2,42	1,635	2,675	,965	-,085
AP12	50,4	15,2	12,7	12,7	5,0	3,5	,5	2,19	1,495	2,234	1,067	,126
AP13	8,1	6,6	7,3	8,1	12,6	17,0	40,3	5,23	2,000	4,001	-,877	-,545
AP14	7,3	5,6	6,1	10,9	13,7	19,2	37,2	5,24	1,910	3,649	-,907	-,337
AP15	,8	,3	1,5	3,1	18,3	30,2	45,6	6,11	1,072	1,148	-1,639	4,015
AP16	,8	1,0	2,3	12,6	17,7	25,0	40,7	5,83	1,278	1,633	-1,070	,915
AP17	,5	1,2	1,7	8,3	17,9	30,6	40,0	5,94	1,168	1,365	-1,249	1,739
AP18	,8	1,0	2,6	8,9	20,7	26,1	39,8	5,85	1,243	1,546	-1,160	1,374
AP19	1,2	1,7	3,0	12,6	22,8	23,5	35,4	5,66	1,339	1,794	-,973	,777
AP20	,5	,3	1,8	5,6	14,4	26,9	50,4	6,16	1,091	1,191	-1,523	2,702
AP21	,3	,3	,3	5,3	10,7	22,0	61,0	6,36	,984	,968	-1,809	3,931
AP22	,7	,5	3,5	7,8	15,9	22,1	49,6	6,02	1,235	1,524	-1,324	1,492
AP23	,3	,3	1,7	6,3	10,6	21,8	59,0	6,28	1,075	1,155	-1,681	2,842
AP24	1,2	,7	2,0	8,4	11,9	22,5	53,4	6,10	1,247	1,556	-1,628	2,721
AP25	2,0	2,1	5,8	14,2	21,2	22,0	32,7	5,47	1,481	2,193	-,875	,287
AP26	,7	1,5	3,0	7,1	18,2	25,5	44,1	5,94	1,256	1,577	-1,312	1,625
AP27	,8	1,2	3,1	8,1	15,4	26,9	44,5	5,95	1,264	1,597	-1,358	1,733
AP28	,7	,8	1,0	4,6	10,7	19,5	62,6	6,33	1,095	1,198	-2,066	4,941
AP29	,7	,7	1,3	3,1	8,8	18,2	67,3	6,42	1,048	1,099	-2,392	6,694
AP30	,3	,5	1,0	4,5	10,2	19,8	63,6	6,38	1,013	1,027	-1,970	4,446
AP31	,2	,7	,5	5,1	11,7	23,0	58,8	6,32	1,001	1,002	-1,695	3,219
AP32	,8	,8	,7	6,1	14,9	24,1	52,6	6,16	1,137	1,294	-1,692	3,548
AP33	,8	1,3	1,2	9,4	13,9	23,3	50,1	6,04	1,241	1,539	-1,468	2,157

Média aritmética global do construto = 5,29

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

Tabela 5 – Estatísticas descritivas do construto normas subjetivas

N 605	ESCALA							Estatísticas descritivas				
	1	2	3	4	5	6	7	méd	d. p	C.V.	Assim.	Curt.
NS1	21,2	9,4	14,2	25,0	19,5	7,1	3,6	3,48	1,722	2,965	-,022	-,947
NS2	30,9	12,2	13,6	25,1	12,4	4,3	1,5	2,95	1,653	2,732	,266	-1,010
NS3	19,3	9,9	12,2	24,6	17,9	9,4	6,6	3,66	1,817	3,303	-,011	-,966
NS4	14,0	10,4	12,1	18,5	24,5	10,9	9,6	4,00	1,831	3,351	-,171	-,950
NS5	22,3	15,9	15,0	21,5	17,7	4,3	3,3	3,22	1,686	2,843	,217	-,898
NS6	10,6	8,4	11,1	18,2	22,8	16,4	12,6	4,34	1,818	3,306	-,347	-,832

Média aritmética global do construto = 3,60

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

A baixa motivação para empreender ocasionada pelas normas subjetivas também influencia o controle do comportamento percebido na relação com a intenção, considerando a

percepção de dificuldade de se tornar empreendedor, em destaque as variáveis que tratam da capacidade de controle dos eventos que podem dificultar o comportamento empreendedor (CCP2; CCP4 e CCP6). A falta de incentivo da família, das pessoas mais próximas ou até mesmo da instituição de ensino influencia a percepção de viabilidade dos alunos em decidir assumir os riscos de ser empreendedores frente ao emprego organizacional.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas do *construto* controle de comportamento percebido

N 605	ESCALA							Estatísticas descritivas				
	1	2	3	4	5	6	7	Méd	d. p	C.V.	Assim.	Curt.
CCP1	3,2	3,7	13,8	13,2	39,5	18,3	8,3	4,71	1,398	1,955	-,608	,153
CCP2	11,6	14,0	22,3	11,2	23,3	12,4	5,1	3,78	1,725	2,975	,015	- 1,021
CCP3	1,2	3,6	5,3	6,1	23,0	43,6	17,2	5,46	1,305	1,702	- 1,278	1,522
CCP4	8,8	9,8	21,2	22,8	23,1	8,9	5,5	3,90	1,570	2,464	-,060	-,563
CCP5	1,2	2,1	5,3	27,9	28,6	27,6	7,3	4,93	1,197	1,433	-,495	,417
CCP6	6,1	15,7	29,6	28,8	14,0	3,5	2,3	3,49	1,304	1,701	,269	,061

Média aritmética global do construto = 4,37

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

Tabela 7 – Estatísticas descritivas do *construto* intenção empreendedora

N 605	ESCALA							Estatísticas descritivas				
	1	2	3	4	5	6	7	méd	d. p	C.V.	Assim.	Curt.
INT1	7,9	2,0	4,1	9,1	7,4	14,5	54,9	5,69	1,890	3,571	-1,376	,690
INT2	2,5	4,3	8,9	11,7	28,9	28,3	15,4	5,07	1,468	2,155	-,792	,193
INT3	15,2	28,1	29,3	11,7	8,9	4,3	2,5	2,94	1,465	2,147	,791	,199

Média aritmética global do construto = 4,65

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que os alunos manifestam possível a opção de escolha pela carreira empreendedora. Verifica-se a variáveis que apresentam médias voltadas à escolha ao empreendedora (INT1 e INT2). Por outro lado, o item INT3 da escala utilizada apresentou média abaixo de 4,0. Esse fato pode sugerir que os respondentes encontraram certa dificuldade de compreensão sobre esses aspectos relacionados à intenção.

Os resultados demonstram a necessidade de oferta de iniciativas empreendedoras por parte da instituição de ensino de modo a incorporar atividades que despertem nos alunos o espírito empreendedor, aumentando a atitude e a norma subjetiva (LIÑAN; CHEN, 2009). Segundo Souitares et al. (2007) para se aumentar o número de empreendedores na população estudantil deve-se trabalhar os programas de educação empreendedora buscando inspirar os alunos, não apenas na elaboração de planos de negócios para efeito de aprovação no curso ou disciplina, mas atividades interessantes que mudem mentes e sentimentos (SOUTARES et al., 2007).

Cabe ressaltar a realidade social e econômica dos alunos, meio a conjuntura nacional, tendo em vista que a grande maioria contam com dois salários mínimos como renda de toda a família, ou seja, talvez os jovens alunos busquem a inserção no mercado de trabalho por meio de opções que ofereçam menos riscos, dificultando a percepção de viabilidade em considerar a opção de se tornar empreendedor.

A ausência de moderação da educação empreendedora na relação dos preditores atitudinais com a intenção pode estar ligada à limitação dos programas, muitas vezes voltados apenas às questões de aprendizagem sobre empreendedorismo, deixando de desenvolver atividades que estimulem a inspiração dos alunos por meio de contato com empreendedores, participações em eventos e competições de negócios e interação positiva com professores. Segundo Souitares et al. (2007) um programa de educação empreendedora inspirador eleva

consideravelmente as normas subjetivas dos alunos, pois o aumento das expectativas de alguns alunos poderia refletir em outros, criando um círculo de empreendedores.

Enfim se percebe que as normas subjetivas que influenciam a intenção de empreender não estão associadas apenas ao ambiente familiar, mas que iniciativas de educação empreendedora podem desencadear um efeito formador por meio da inspiração em outros alunos que apresentam uma intenção mais notada ao empreendedorismo, motivando assim outros e outros.

Assim esse estudo contribui para o desenvolvimento teórico do comportamento planejado e educação empreendedora. Apesar de não se verificar influência considerável da atitude e normas subjetivas, verifica-se um grande efeito do controle do comportamento percebido na intenção, tendo em vista a relação das normas subjetivas com os demais preditores. Contribui-se também com a metodologia quando da moderação da educação empreendedora na relação de cada preditor com a intenção. Até então se tinha medido tal relação diretamente na atitude, normas subjetivas e controle do comportamento percebido.

Acredita-se que a pluralidade de cursos em diferentes áreas do conhecimento, que compõe a amostra, alunos em diversos estágios acadêmicos, bem como indivíduos que fizeram ou não algum programa de educação empreendedora, possa ter limitado o estudo.

Tendo em vista as limitações da pesquisa, sugere-se, em estudos futuros, que o modelo proposto seja aplicado em uma amostra mais uniforme (estudantes de mesma área do conhecimento e mesmo estágio acadêmico) para verificar os resultados da moderação da educação empreendedora na intenção de empreender.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo tratou de investigar a influência da educação do empreendedorismo na relação com a intenção empreendedora e seus antecedentes motivacionais. Notou-se que o controle do comportamento percebido influenciou consideravelmente a intenção, porém a atitude e as normas subjetivas, nesse caso específico, não foram relevantes para determinar a intenção empreendedora dos pesquisados. E, por fim, notou-se, também, que não houve moderação para o modelo testado, ou seja, as hipóteses não foram confirmadas.

Os resultados demonstram que os alunos não apresentam motivação para empreender, talvez por não encontrarem estímulo social para considerar a opção de empreendedor como carreira profissional. O possível efeito das normas subjetivas na atitude e controle do comportamento percebido pode ter levado ao presente resultado da pesquisa, ou seja, a falta de apoio para empreender da família, dos amigos e do próprio ambiente acadêmico, pode ter limitado os efeitos da atitude e normas subjetivas.

Merece destaque a importância de programas ajustados para despertar a inspiração dos alunos com benefício da educação empreendedora, possibilitando o aumento da atitude e normas subjetivas junto à intenção de empreender.

REFERÊNCIAS

- AJZEN, I. The Theory of Planned Behavior. **Organizational Behavior and Decision Processes**, 1991.
- BARCLAY, D.; HIGGINS, C.; THOMPSON, R. The Partial Least Squares (PLS) Approach to Casual Modeling: Personal Computer Adoption and Use as an Illustration. **Technology studies**, v. 2, n. 2, p. 285-309, 1995.
- CHEUNG, C.-K. Entrepreneurship education in Hong Kong's secondary curriculum: possibilities and limitations. **Education+ Training**, v. 50, n. 6, p. 500-515, 2008.
- CHIN, W. W. The partial least squares approach to structural equation modeling. **Modern methods for business research**, v. 2, p. 295-336, 1998.

COOPER, A. C. The role of incubator organizations in the founding of growth-oriented firms. **Journal of Business Venturing**, v. 1, n. 1, p. 75-86, 1985.

_____. Challenges in predicting new firm performance. **Journal of business venturing**, v. 8, n. 3, p. 241-253, 1993.

DA SILVA, D.; LOPES, E. L.; JUNIOR, S. S. B. Pesquisa Quantitativa: Elementos, Paradigmas e Definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 1 a 18, 2014.

DÍAZ-CASERO, J. C. HERNÁNDEZ-MOGOLLÓN, R.; ROLDÁN, J. L. A structural model of the antecedents to entrepreneurial capacity. **International Small Business Journal**, v. 30, n. 8, p. 850-872, 2012.

FAYOLLE, A.; LIÑÁN, F.; MORIANO, J. A. Beyond entrepreneurial intentions: values and motivations in entrepreneurship. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 10.4, p. 679-689, 2014.

FORNELL, C.; LARCKER, D. F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**, p. 39-50, 1981.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HECKE, A. P. **A intenção empreendedora dos alunos concluintes dos cursos de graduação em administração em ciências contábeis das instituições de ensino superior de Curitiba-PR**. Dissertação (Programa de Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2011.

HENRIQUE, D. C.; CUNHA, S. K. DA. Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 9, n. 5, 2008.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo. E.P.U., EDUSP, 1980.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. ed. 5. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR, J. F.; HULT, T. M.; SARSTEDT, M. **A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)**. Los Angeles: SAGE, 2014.

KRUEGER, N. F.; BRAZEAL, D. V. Entrepreneurial potential and potential entrepreneurs. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 18, p. 91-91, 1994.

KRUEGER, N. F.; REILLY, M. D.; CARSRUD, A. L. Competing models of entrepreneurial intentions. **Journal of Business Venturing**, v. 15, n. 5, p. 411-432, 2000.

LEUNG, K.-Y. et al. Factors Influencing Engineering Students' intention to Participate in On-Campus Entrepreneurial Activities. **Journal of Entrepreneurship Education**, v. 15, 2012.

LIÑÁN, F. Intention-based models of entrepreneurship education. **Piccola Impresa/Small Business** v. 3, n. 1, p. 11-35, 2004.

LIÑÁN, F.; CHEN, Y. W. Development and Cross Cultural application of a specific instrument to measure entrepreneurial intentions. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 33, n. 3, p. 593-617, 2009.

LIÑÁN, F.; RODRÍGUEZ-COHARD, J. C.; RUEDA-CANTUCHE, J. M. Factors affecting entrepreneurial intention levels: a role for education. **International entrepreneurship and management Journal**, v. 7, n. 2, p. 195-218, 2011.

LIÑÁN, F.; SANTOS, F. J. Does social capital affect entrepreneurial intentions? **International Advances in Economic Research**, v. 13, n. 4, p. 443-453, 2007.

LÜTHJE, C.; FRANKE, N. The 'making' of an entrepreneur: testing a model of entrepreneurial intent among engineering students at MIT. **R&D Management**, v. 33, n. 2, p. 135-147, 2003.

MARCARINI, Adenir; SILVEIRA, Amélia; HOELTGEBAUM, Marianne. O desenvolvimento do empreendedor nas universidades como instrumento de geração de novos negócios. In: THIRD INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE IBEROAMERICAN ACADEMY OF MANAGEMENT, 2003, São Paulo. **International Conference of the Iberoamerican Academy of Management**, v. 1, p. 1-28, 2003.

- MARTENS, C. D. P.; FREITAS, H. Influência do ensino de empreendedorismo nas intenções de direcionamento profissional dos estudantes. **Estudo e Debate** v. 15, n. 2, p. 71-95, 2008.
- OZGEN, E.; MINSKY, B. D. Why some college students engage in entrepreneurial activities while others do not. **Journal of Entrepreneurship Education**, v. 16, 2013.
- PITTAWAY, L.; COPE, J. Entrepreneurship education: a systematic review of the evidence. **International Small Business Journal**, v. 25, n. 5, p. 479-510, 2007.
- Rigdon, E. E. Rethinking partial least squares path modeling: In praise of simple methods. **Long Range Planning** 45, n. 5-6, p. 341-358, 2012.
- RINGLE, C. M.; SILVA, D. da, BIDO, D. Modelagem de Equações Estruturais com Utilização do SmartPLS. **Revista Brasileira de Marketing**, n. 13, 2014.
- SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SHAPERO, A.; SOKOL, L. The Social dimensions of entrepreneurship. **Encyclopedia of Entrepreneurship**, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall Inc., p. 72-90, 1982.
- SILVEIRA, A.; BIZARRIAS, F. S.; OLIVENSE, H. M. Intenção empreendedora dos participantes do startup weekend: análise longitudinal. In: SEMEAD, 19.. **Anais...** São Paulo, 2016.
- SOUTARIS, V.; ZERBINATI, S.; AL-LAHAM, A. Do entrepreneurship programmes raise entrepreneurial intention of science and engineering students? The effect of learning, inspiration and resources. **Journal of Business Venturing**, v. 22, n. 4, 566-591, 2007.
- SOUZA, R. S. **Intenção empreendedora: validação de modelo em universidades federais de Mato Grosso do Sul, Brasil**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.
- WOLD, H. Partial least squares. **Encyclopedia of Statistical Sciences**, 1985.